

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 21/2023-PGJ, DE 24 DE MAIO DE 2023**

Regulamenta o exercício de função transitória prevista no art. 124 da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no exercício das atribuições estabelecidas no art. 7º, incisos V e VI, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994; e

CONSIDERANDO que a licença compensatória prevista no art. 162-A da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 depende de regulamento a ser disciplinado pelo Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Colégio de Procuradores de Justiça;

CONSIDERANDO que, por força do parágrafo único do art. 162-A da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, a licença compensatória poderá ser concedida nas hipóteses de indenização de função prevista no art. 124 da mesma lei complementar, pelo exercício das funções transitórias; e

CONSIDERANDO a necessidade de se fixar critérios e requisitos para a compensação decorrente do exercício de função transitória,

RESOLVE:

Art. 1º Esta Resolução regulamenta a conversão em licença compensatória pelo exercício das funções transitórias previstas no art. 124 da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, conforme previsão constante do parágrafo único do art. 162-A da mesma lei complementar.

Art. 2º O membro em exercício de função transitória fará jus a uma licença compensatória na proporção mensal e nos percentuais estabelecidos nos incisos do art. 124 da Lei Complementar Estadual nº 72/1994.

Art. 3º Cada dia de licença compensatória convertida em pecúnia equivale a 1 (um) dia do subsídio do respectivo membro, tomando como parâmetro o mês em que ocorrer o exercício da função transitória.

Art. 4º São considerados como de efetivo exercício, para todos os efeitos legais desta Resolução, os dias em que o membro do Ministério Público estiver afastado de suas funções em virtude das situações elencadas no art. 53 da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e no art. 97 da Lei Complementar Estadual nº 72/1994.

Parágrafo único. O período de feriado forense será computado como de efetivo exercício para fins da licença compensatória de que trata esta Resolução.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução deste ato correrão por conta do orçamento do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, observando os atos necessários para os ajustes de sistema e a dotação orçamentária.

Art. 6º Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação, com efeitos a partir da publicação da Lei Complementar Estadual nº 310, de 14 de abril de 2023.

Campo Grande, 24 de maio de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**RESOLUÇÃO Nº 22/2023-PGJ, DE 24 DE MAIO DE 2023.**

Transforma dois cargos de Assessor de Procurador-Geral em três cargos de Assessor Jurídico.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela alínea “b” do inciso III do art. 7º da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o disposto no art. 52 da Lei Estadual nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, ouvido o egrégio Colégio de Procuradores de Justiça,

RESOLVE:

Art. 1º Fica transformado, sem aumento de despesas, por alteração de denominação e símbolo, 2 (dois) cargos de Assessor de Procurador-Geral (símbolo MPAS-201) em 3 (três) cargos de Assessor Jurídico (símbolo MPAS-206).

Parágrafo único. Os cargos e quantitativos decorrentes dessa transformação passam a integrar o Anexo VI da Lei Estadual nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, que aprovou o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 24 de maio de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2503/2023-PGJ, DE 23.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Lia Paim Lima para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Bela Vista nos dias 5 e 6.6.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2501/2023-PGJ, DE 23.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Alexandre Rosa Luz para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia no período de 22 a 26.5.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro; e revogar, a partir de 22.5.2023, a Portaria nº 1961/2023-PGJ, de 24.4.2023, na parte que designou o Promotor de Justiça Leonardo Dumont Palmerston para responder pela 2ª Promotoria de Justiça de Cassilândia.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2485/2023-PGJ, DE 22.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça José Luiz Rodrigues 1 (um) dia de férias remanescentes, referente ao período aquisitivo 2017/2018, e 4 (quatro) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídos no período de 10 a 14.7.2023, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2484/2023-PGJ, DE 22.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias à Promotora de Justiça Regina Dornte Broch, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	1º a 10.8.2023	Abono	Não
2022/2023	10	18 a 27.8.2023	Gozo	Sim
2015/2016	2	28 e 29.8.2023	Gozo	Não

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2469/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2167/2023-PGJ, de 4.5.2023, que estabeleceu a escala de plantão dos Promotores de Justiça referente ao mês de maio de 2023, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA			
20 e 21.5.2023	1ª PJ de Nova Andradina	Paulo Henrique Mendonça de Freitas	99312-3974
27 e 28.5.2023	PJ de Batayporã	Murilo Hamati Gonçalves	99241-5600
31.5.2023 (feriado municipal em Nova Andradina)	1ª PJ de Nova Andradina	Paulo Henrique Mendonça de Freitas	99312-3974
REGIÃO 12 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIBAS DO RIO PARDO, ÁGUA CLARA, BRASILÂNDIA E BATAGUASSU			
20 e 21.5.2023	PJ de Ribas do Rio Pardo	George Zarour Cezar	99933-6774



- Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA			
20 e 21.5.2023	1ª PJ de Nova Andradina	Paulo Leonardo de Faria	98478-2048
27 e 28.5.2023	3ª PJ de Nova Andradina	Murilo Hamati Gonçalves	99241-5600
31.5.2023 (feriado municipal em Nova Andradina)	1ª PJ de Nova Andradina	Paulo Leonardo de Faria	98478-2048
REGIÃO 12 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIBAS DO RIO PARDO, ÁGUA CLARA, BRASILÂNDIA E BATAGUASSU			
20 e 21.5.2023	PJ de Água Clara	Jean Carlos Piloneto	99233-4361 99632-7721

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2547/2023-PGJ, DE 24.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Oscar de Almeida Bessa Filho para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências de custódia da comarca de Campo Grande no dia 31.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2466/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos do Inquérito Civil nº 06.2021.00000845-9, em trâmite na 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2488/2023-PGJ, DE 22.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 5788/2022-PGJ, de 23.11.2022, que estabeleceu a escala de plantão dos Promotores de Justiça de Campo Grande referente ao ano de 2023, de forma que, onde consta:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CÍVEL (CEL.: 98478-2431)
3 (19h01min) a 10.7.2023 (11h59min)	Pedro Arthur de Figueiredo
16 (19h01min) a 23.10.2023 (11h59min)	Rodrigo Yshida Brandão



- passe a constar:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CÍVEL (CEL.: 98478-2431)
3 (19h01min) a 10.7.2023 (11h59min)	Rodrigo Yshida Brandão
16 (19h01min) a 23.10.2023 (11h59min)	Pedro Arthur de Figueiredo

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2494/2023-PGJ, DE 23.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 5788/2022-PGJ, de 23.11.2022, que estabeleceu a escala de plantão dos Promotores de Justiça de Campo Grande referente ao ano de 2023, de forma que, onde consta:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2089)
8 (19h01min) a 15.5.2023 (11h59min)	Tathiana Correa Pereira da Silva

- passe a constar:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2089)
8 (19h01min) a 13.5.2023 (23h59min)	Tathiana Correa Pereira da Silva
14 (0h) a 15.5.2023 (11h59min)	Regina Dornte Broch

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2545/2023-PGJ, DE 24.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Érica Rocha Espindola 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referente ao quinquênio de 8.5.2018 a 7.5.2023, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00005320-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2540/2023-PGJ, DE 24.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “P” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Clarissa Carlotto Torres para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo Ambiental nos dias 25 e 26.5.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Luciano Furtado Loubet.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2541/2023-PGJ, DE 24.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Luciano Anechini Lara Leite para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da Vara Única da comarca de Ribas do Rio Pardo no dia 23.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2544/2023-PGJ, DE 24.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Henrique Franco Cândia 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referente ao quinquênio de 8.5.2018 a 7.5.2023, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00005228-5).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2513/2023-PGJ, DE 23.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos 5 (cinco) dias de férias compensatórias no período de 17 a 21.7.2023, referentes ao feriado forense de 20.12.2022 a 6.1.2023, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2512/2023-PGJ, DE 23.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos 5 (cinco) dias de compensação no período de 24 a 28.7.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 11 a 18.7, 29.8 a 5.9 e 13 a 17.10.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2542/2023-PGJ, DE 24.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Silvio Amaral Nogueira de Lima para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências dos Autos nº 0007117-73.2016.8.12.0001, em trâmite na 5ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, no dia 25.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2543/2023-PGJ, DE 24.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referente ao quinquênio de 11.5.2018 a 10.5.2023, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00005373-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2506/2023-PGJ, DE 23.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Clarissa Carlotto Torres 5 (cinco) dias de compensação no período de 3 a 7.7.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos dias 26 e 27.5 e 16, 17 e 30.6.2018, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2508/2023-PGJ, DE 23.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Clarissa Carlotto Torres 1 (um) dia de férias compensatórias no dia 10.7.2023, referente ao feriado forense de 20.12.2022 a 6.1.2023, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2546/2023-PGJ, DE 24.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Ludmila de Paula Castro Silva, Assessora Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, implementar, no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, a Resolução nº 259, de 28.3.2023, do Conselho Nacional do Ministério Público.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2510/2023-PGJ, DE 23.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira 3 (três) dias de férias compensatórias no período de 5 a 7.6.2023, referentes ao feriado forense de 20.12.2015 a 6.1.2016, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2509/2023-PGJ, DE 23.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira 4 (quatro) dias de compensação no dia 2.6.2023 e no período de 12 a 14.6.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos dias 7 e 8.8 e 18 e 19.9.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2505/2023-PGJ, DE 23.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Douglas Silva Teixeira 2 (dois) dias de compensação nos dias 12 e 13.6.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos dias 26 e 27.6.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2504/2023-PGJ, DE 23.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Douglas Silva Teixeira 1 (um) dia de compensação no dia 7.6.2023, pelo exercício da atividade de acompanhamento e fiscalização presencial das provas escritas do XXVIII Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Ministério Público Estadual, realizada no período de 29.7 a 3.8.2018, nos termos do § 2º do artigo 2º da Resolução n° 38/2015-PGJ, de 24.11.2015, alterada pela Resolução n° 3/2020-PGJ, de 11.2.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2500/2023-PGJ, DE 23.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Matheus Carim Bucker 15 (quinze) dias de licença-paternidade, a partir de 10.5.2023, e 5 (cinco) dias, em prorrogação, nos termos dos artigos 139, inciso VI, e 154 da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994, com a redação dada pela Lei Complementar n° 153, de 6.7.2011, e da Resolução n° 21/2017-PGJ, de 28.8.2017.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2496/2023-PGJ, DE 23.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Claudia Loureiro Ocariz Almirão para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (ESMP-MS) no período de 22 a 26.5.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2515/2023-PGJ, DE 24.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Fernanda Carneiro de Jesus para exercer o cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei n° 4.134, de 6 de dezembro de 2011, e considerá-la exonerada do cargo em comissão de Assessora de Procurador-Geral.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2516/2023-PGJ, DE 24.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Lucas Martinez Santos para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, e considerá-lo exonerado do cargo em comissão de Assessor de Procurador-Geral.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2514/2023-PGJ, DE 23.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o servidor Pedro Henrique Fernandes Alves da Fonseca, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça 5, Assep 5, a partir de 22.5.2023, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 4781/2021-PGJ, de 24.11.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2487/2023-PGJ, DE 22.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais das Atas de Registros de Preços nºs 1/PGJ/2023, 2/PGJ/2023, 3/PGJ/2023, 4/PGJ/2023, 5/PGJ/2023 e 6/PGJ/2023, conforme segue: 1) Gestora – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Carolina Pontes Andreussi, Analista/Direito; 2) Fiscal Técnico – Paulo Matias Guimarães, Técnico II; 2.1) Suplente – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I (PGA nº 09.2022.00008719-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2490/2023-PGJ, DE 22.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE002124, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Paulo Matias Guimarães, Técnico II; 3.1) Suplente – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I (PGA nº 09.2023.00004777-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2491/2023-PGJ, DE 23.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE002243, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I (PGA nº 09.2023.00005347-3).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2492/2023-PGJ, DE 23.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE002167, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Carolina Pontes Andreussi, Analista/Direito; 1.1) Suplente – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – José Guilherme de Oliveira, Chefe de Setor de Produção Multimídia; 3.1) Suplente – Fernando Resstel Corrêa Junior, Técnico I (PGA nº 09.2023.00004795-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2493/2023-PGJ, DE 23.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994

R E S O L V E :

Designar os seguintes integrantes do Quadro do Ministério Público Estadual para atuarem na gestão do acordo de cooperação técnica decorrente do PGA nº 09.2022.00008839-1, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor Técnico – Pedro Henrique Cavalcante de Oliveira, Chefe da Divisão de Monitoramento de Metas e Indicadores Estratégicos; 1.1) Suplente – Thiago Russo Nantes, Técnico I; 2) Gestor Negocial – Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa, Promotor de Justiça e Supervisor de Planejamento e Gestão Estratégica; 1.1) Suplente – Sabrina Lopes Baes Figueira Ferreira, Diretora da Secretaria de Planejamento e Gestão.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2538/2023-PGJ, DE 24.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE002265, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I (PGA nº 09.2023.00005337-3).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2539/2023-PGJ, DE 24.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE002183, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Elias Vitorino Filho, Auxiliar; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I (PGA nº 09.2023.00005055-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-554/2023/PJ, DE 23.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	3 a 12.7.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-555/2023/PJ, DE 23.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça José Arturo Iunes Bobadilla Garcia, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	24.7 a 2.8.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-556/2023/PGJ, DE 23.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Helen Neves Dutra da Silva, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	14 a 23.8.2023	GOZO	SIM

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-557/2023/PGJ, DE 23.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Mayara Santos de Sousa, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	1 a 10.8.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 2495/2023-PGJ, DE 23.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020, bem como o artigo 16, inciso I, da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018,

R E S O L V E :

Autorizar à servidora Fabiana Lopes da Silva, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 1ª Promotoria de Justiça de Maracaju, a prestação de suas atribuições fora do órgão originário e dentro das dependências do Ministério Público em Naviraí, na modalidade de teletrabalho, no período de 13.4. a 12.10.2023, nos termos dos artigos 1º, § 1º; 4º; 9º, §§ 1º e 5º, IV; 10 e 13 da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018 (PGA nº 09.2023.00005074-3).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2498/2023-PGJ, DE 23.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Angela Rezende do Amarante, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Apoio Administrativo 1 no período de 12 a 31.5.2023, em razão de afastamento do titular, Caio Ferreira Campos.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2499/2023-PGJ, DE 23.5.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Magnum Fischer de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de São Gabriel do Oeste, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça de Chapadão do Sul, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, nos períodos de 23 a 26.5.2023 e de 29.5 a 7.6.2023, em razão de afastamento da servidora Raíssa Bernardino Campos, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2502/2023-PGJ, DE 23.5.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Alex Yukio Toma, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o pagamento de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) do adicional de qualificação, a contar de 12.5.2023, nos termos dos artigos 35 e 36, inciso III e § 4º, da Lei nº 4.134, de 6.12.2011; bem como dos artigos 4º, 5º, inciso III e § 2º, e 7º da Resolução nº 8/2012-PGJ, de 4.4.2012; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 177/2018-PGJ, de 16.1.2018, que concedeu ao referido servidor o pagamento de 5% (cinco por cento) do adicional de qualificação (PGA nº 09.2023.00005258-5).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2261/2023-PGJ, DE 9.5.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-373/2023-PGJ, de 11.4.2023, de forma que, onde consta “de 13 a 28.3.2023”, passe a constar “de 13.3 a 1º.4.2023”.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-546/2023/PGJ, DE 23.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Juliano Machado, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 8 (oito) dias de licença luto, no período de 12 a 19.5.2023, nos termos dos artigos 171, inciso III, alínea “b”, e 178, inciso II, da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e do artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 22/2016-PGJ, de 12.9.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-547/2023/PGJ, DE 23.5.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1163/2022-PGJ, de 7.10.2022, que concedeu férias à servidora Valricia Miranda de Oliveira, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 10 a 19.7.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 17 a 26.7.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-548/2023/PGJ, DE 23.5.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1456/2022-PGJ, de 11.11.2022, que concedeu férias à servidora Mayara Vaz Cardeal Lima, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 11 a 20.9.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 8 a 17.1.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-559/2023/PGJ, DE 24.5.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir do dia 22/05/2023, as férias do(a) servidor(a) Fabiana Pereira da Silva, concedidas por meio da Portaria nº e-330/2023-PGJ, de 28.3.2023, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas no período de 12.06 a 14.06.2023.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**ESCOLA SUPERIOR****EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – ESMP-MS**

Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00004860-4

Partes:

1 - Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, ESMP-MS, representada por seu Diretor-Geral, Fabio Ianni Goldfinger.

2 – Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo, representada por seu Diretor, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa.

Objeto: Promover a cooperação técnico-científica e o intercâmbio acadêmico, científico, técnico, cultural e interuniversitário, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização docente, discente e técnica, bem como ao desenvolvimento institucional dos partícipes.

Amparo legal: Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e Resolução nº 15/2017-PGJ, de 5.7.2017.

Vigência: 3.5.2023 a 3.5.2025.

Data da assinatura: 3.5.2023.

GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS**AVISO Nº 67/2023-GED****XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, declara a **DECADÊNCIA** do direito de serem empossados dos candidatos aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS abaixo relacionados, uma vez que os candidatos não apresentaram a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados na convocação constante do Aviso nº 58/2023-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.891, de 09.05.2023.

CANDIDATO(S)	MUNICÍPIO	NÍVEL
LUIZ CARLOS BRANDÃO DE MELO	Campo Grande	Graduação
GABRIELLA BRITO DE ANDRADE	Campo Grande	Graduação
LEONARDO MACHADO DE SOUZA	Campo Grande	Graduação
LARISSA MONIQUE PEREIRA RAMOS	Campo Grande	Graduação
ANA LUIZA SPESSOTO NOVAIS	Dourados	Graduação
BEATRIZ BASILIO ANDRADE	Dourados	Graduação
ANTÔNIO ERMÍNIO LEDESMA MATOS	Iguatemi	Graduação
REGINALDO FERREIRA SANTOS JUNIOR	Três Lagoas	Graduação
PEDRO MANZANO MOLON BARBOSA	Três Lagoas	Graduação

Campo Grande, 24 de maio de 2023.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**AVISO Nº 68/2023-GED****XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, torna público que os candidatos aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS convocados por meio do Aviso nº 58/2023-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.891, de 09.05.2023, manifestaram opção de **DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA** da vaga de estagiário, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionado em último lugar na fila dos aprovados, nos termos do item 7 do Capítulo X do Edital nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS, publicado no DOMP nº 2.654, de 28.04.2022.

CANDIDATOS	MUNICÍPIO	NÍVEL
YAN MIGUEL GOES NAGATA	Campo Grande	Graduação
KAYNAN JARA	Campo Grande	Graduação
VALDECIR LOPES DE ALMEIDA	Campo Grande	Graduação

Campo Grande, 24 de maio de 2023.

CLARISSA CARLOTTO TORRES
Promotora de Justiça
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

AVISO Nº 69/2023-GED**XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, torna público que a candidata aprovada no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS convocada por meio do Aviso nº 58/2023-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.891, de 09.05.2023, manifestou a opção de **DESISTÊNCIA FORMAL** da vaga de estagiário, nos termos do item 4 do Capítulo X do Edital nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS, publicado no DOMP nº 2.654, de 28.04.2022.

CANDIDATOS	COMARCA	NÍVEL
ANA CLARA BARBOSA RANZANI	Três Lagoas	Graduação

Campo Grande, 24 de maio de 2023.

CLARISSA CARLOTTO TORRES
Promotora de Justiça
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**AVISO Nº 70/2023-GED****XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA os candidatos de graduação em Direito** aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 001/2022-CPS-XXIVPSE-MPMS, de 27 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.654, de 28 de abril de 2022, para a **entrega dos documentos necessários ao credenciamento**.

Conforme previsão expressa no Edital nº 1/2021-XXIVPSE, no Capítulo X, “Da Convocação e Admissão”, itens 3 e 4, o(a) candidato(a) regularmente convocado(a) deverá manifestar, por meio de mensagem eletrônica, no prazo de 3 (três) dias úteis, seu interesse no exercício do estágio, desistência formal ou transposição para o final de lista, sob pena de decadência do direito de posse no processo de seleção.

OS CANDIDATOS CONVOCADOS DEVERÃO ENVIAR *E-MAIL* PARA A GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – **ged@mpms.mp.br** – **ENTRE OS DIAS 31/05/2023 e 06/06/2023, ATÉ ÀS 19H**, COM A DOCUMENTAÇÃO INDICADA NO ITEM 11 DO CAPÍTULO X DO EDITAL Nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2021, PUBLICADO NO DOMP Nº 2.570, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021, REPRODUZIDA NO ITEM 2 DESTE AVISO (**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**).

O E-MAIL DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO(A) CANDIDATO(A) E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (GRADUAÇÃO).

1. CANDIDATOS CONVOCADOS – DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO**1.1 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE**

LOCAL: Gestão de Estagiários de Direito (GED) – situada na unidade do MPMS localizada na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira, Campo Grande.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
ISABELLE BEVILACQUA LIMA	243 ^a	
ALESSANDRA ALVES VERRISIMO	244 ^a	
AMANDA CRISPIM DE CASTRO	245 ^a	
RENAN FONSECA ARRUDA DOS SANTOS	246 ^a	
EDUARDA LEVECKIS DOS SANTOS BENEVENUTO	247 ^a	
LORRAYNE ELIAS PORTELA	248 ^a	
JULIA CASTRO DE SOUZA	249 ^a	
ANA JÚLIA FERNANDEZ DA SILVA	250 ^a	
MARIA LUIZA FRANCO DA FONSECA	251 ^a	
NANDA ÁGAPE GOMES COUTINHO	252 ^a	
ANE DIEIMELLY SANFILIPPO DE MATOS	253 ^a	
IZADORA CARVALHO LIMA	254 ^a	

1.2 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DOURADOS

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua João Corrêa Neto, 400, Santo Antônio, Dourados.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
BRENO CASEMIRO DE MENDONÇA ALVAREZ	49 ^a	
CAIO MOLEIRO CABRERA	50 ^a	

1.3 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE IGUATEMI

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Avenida Waloszek Konrad, 1276, Centro, Iguatemi.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
MARIANA SANTANA	3 ^a	

**1.4 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE TRÊS LAGOAS****LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Elviro Mário Mancine, 860, Centro, Três Lagoas.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
VINÍCIUS PEREIRA BRITO	41ª	

2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**2.1.** Para admissão, o(a) candidato(a) de nível superior/graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

DISCRIMINAÇÃO
Fotocópia legível do RG e do CPF;
1 (uma) foto 3X4 (três por quatro), recente e colorida;
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico;
Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42 (modelo disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Ficha de cadastro (disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político (Anexo VI);
Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A.
É também obrigatória para a admissão dos candidatos de nível superior/graduação a apresentação de declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida por instituição de ensino conveniada com o MPMS, em que constem as seguintes informações: a) ano letivo, turno e semestre; b) o número de dependências de disciplinas (se houver); e c) data prevista para conclusão do curso.

REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO ESTÁGIO E DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO: ged@mpms.mp.br. AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 3357-2556 / 3357-2658 E (67) 99300-4489 (APENAS MENSAGENS).

Campo Grande, 24 de maio de 2023.

CLARISSA CARLOTTO TORRES
Promotora de Justiça
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

SECRETARIA DE FINANÇAS**PORTARIA Nº 2548/2023-PGJ, DE 24.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar público, conforme Anexo desta Portaria, o Relatório de Gestão Fiscal da Procuradoria-Geral de Justiça, referente ao primeiro quadrimestre de 2023, nos termos da alínea “a” do inciso I do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça



MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL - PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
RELATORIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º QUADRIMESTRE DE 2023

RGF - ANEXO I (LRF, art. 5º, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Último 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LÍQUIDADAS													
	MAI/22	JUN/22	JUL/22	AGO/22	SET/22	OUT/22	NOV/22	DEZ/22	JAN/23	FEB/23	MAR/23	ABR/23	TOTAL (ULTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	21.478.311,78	29.646.413,37	28.379.156,33	27.866.972,96	26.063.202,89	25.071.744,30	23.646.817,49	49.346.343,59	25.092.614,32	25.728.877,49	25.866.049,05	26.677.462,31	338.734.246,95	
Pessoal Ativo	21.065.839,61	27.034.607,11	23.949.264,91	21.416.381,63	21.665.732,38	20.661.833,60	21.236.873,82	40.446.749,83	20.686.072,44	21.301.031,41	21.442.216,07	22.087.140,83	301.216.769,78	
Vacacionistas, Vantajosa e Outras Despesas Variáveis	17.547.608,36	21.112.518,04	20.405.782,62	17.847.446,72	18.102.818,65	17.733.880,63	17.620.349,94	33.464.303,67	17.787.681,51	17.796.814,16	17.890.907,46	18.411.093,75	235.681.205,51	
Obrigações Patronais	3.521.231,25	3.922.089,07	3.563.482,29	3.568.939,91	3.562.913,73	2.927.972,97	3.616.523,98	7.182.446,66	2.898.370,93	3.594.221,23	3.551.208,61	2.678.047,08	45.533.564,27	
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.389.472,13	4.613.806,46	4.389.891,32	4.389.891,33	4.397.471,31	4.389.891,33	4.412.941,77	8.699.613,10	4.412.561,88	4.427.822,08	4.423.832,96	4.570.321,48	57.517.497,17	
Aposentados, Reramos e Reramos	3.201.138,73	3.422.376,66	3.201.577,83	3.201.577,83	3.201.577,83	3.201.577,83	3.224.628,37	6.332.986,32	3.184.239,00	3.177.468,49	3.146.744,88	3.289.445,36	41.761.339,63	
Pensões	1.188.313,40	1.191.229,80	1.188.313,39	1.188.313,40	1.195.693,38	1.188.313,40	1.188.313,40	2.376.626,78	1.228.322,86	1.270.353,59	1.275.288,00	1.276.876,12	15.756.177,54	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de concessão de firma indeniz (I) 1º do art. 18 da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesa com Pessoal não Encoberta Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (I) 1º do art. 19 da LRF	5.161.084,82	5.380.089,04	5.152.891,04	5.161.118,19	5.667.776,34	5.173.379,71	5.176.277,69	9.906.484,69	5.299.781,18	5.218.542,13	5.223.711,45	5.300.356,91	67.823.503,89	
Indenizações por Danos e Incentivos a Danos Voluntários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Determinação de Desconto Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	771.632,69	766.292,60	762.999,74	771.227,36	1.270.305,05	785.488,38	763.335,92	1.206.871,79	687.219,30	790.720,05	799.678,47	730.035,47	10.306.006,72	
Despesas e Passivos com Reramos Vacacionistas	4.389.472,13	4.613.806,46	4.389.891,32	4.389.891,33	4.397.471,31	4.389.891,33	4.412.941,77	8.699.613,10	4.412.561,88	4.427.822,08	4.423.832,96	4.570.321,48	57.517.497,17	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	20.397.226,96	24.266.314,31	23.206.265,17	22.645.154,33	20.395.421,53	19.376.365,52	20.433.945,00	39.439.878,04	19.768.833,14	20.718.313,56	20.442.237,60	21.577.105,56	300.000,00	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
BELICHA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	19.877.209.151,47	-
(C) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	13.235.079,54	-
(C) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas da base (art. 166, § 1º da CF) (VI)	38.533.571,00	-
BELICHA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV) - (V) - (VI)	19.831.100.500,93	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III) + (II)	271.810.763,08	1,34%
LIMITE MÁXIMO (IX) (inciso I e II do art. 20 da LRF)	387.702.014,43	2,00%
LIMITE PRÉVIO (X) = (IX) x 1/3 (parágrafo único do art. 20 da LRF)	129.234.004,81	1,30%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (X) x 1/3 (inciso II do art. 20 da LRF)	43.074.668,27	1,80%

FONTE: Sistema SFP - Sistema de Planejamento e Fomento, em 24.5.2023
1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores da restos a pagar são processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuando a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Tabela 1.1

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
Exercício em que o limite foi atingido			Exercício do primeiro período seguinte			Exercício do segundo período seguinte		
Quadrimestre Saneado			Primeiro período seguinte			Segundo período seguinte		
Limite Máximo	% DTP	% Encoberta	Ratador mínimo de	Limite	% DTP	Ratador Realizável	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c) = (b-a)	1/3 do Encoberto	(d) = (1.3°c)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (a)
	2,00%	1,43%						

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

Tabela 1.2 - TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (art. 15 da LC 178/2021)

PARÂMETROS PARA CÁLCULO DO INDICADOR DE DTP (art. 15 da LC 178/2021)	Encoberto
Limite Máximo (IX) (%) (LRF, art. 20)	
DTP em 2021 (XII) (%)	
Encoberto em 2021 (XIII) = (XII) - (IX) (%)	
Ratador anual (XIV) = (XIII) x 100 (%)	

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (art. 15 da LC 178/2021)											
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
BELICHA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII)											
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII)											
% DTP OVER VIG											
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)											

* Conforme quadro "APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL" do exercício respectivo.
† Conforme quadro "APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL" do exercício respectivo.
‡ Conforme quadro "APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL" do exercício respectivo.

Marcos Antônio de Sá Baptista
Chefe do Deptº de Contabilidade
Conatador CRC/MS 6688 O-2

Natassia Junko Sakamoto Costa
Chefe do Deptº de Auditoria Interna

Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral de Justiça

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE MPMS E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Processo nº 09.2022.00012353-9

Partes:

- 1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, Alexandre Magno Benites de Lacerda;
- 2- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, representado por sua Procuradora-Geral de Justiça, Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti.

Amparo legal: Artigo 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: A conjugação de esforços entre os participantes para o aprimoramento da gestão e processos de inovação, por meio do compartilhamento de projetos e boas práticas que possam ser passíveis de cessão.

Vigência: 09.05.2023 a 09.05.2025.

Data da assinatura: 9 de maio de 2023.



EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE MPMS E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

Processo nº 09.2022.00010198-9

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;
- 2- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Antônio Hortêncio Rocha Neto**.

Amparo legal: Artigo 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: A conjugação de esforços entre os partícipes para o aprimoramento da gestão e processos de inovação, por meio do compartilhamento de projetos e boas práticas que possam ser passíveis de cessão.

Vigência: 23.02.2023 a 23.02.2025.

Data da assinatura: 23 de fevereiro de 2023.

EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE MPMS E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO

Processo nº 09.2023.00002902-9

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;
- 2- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO**, representado por sua Subprocuradora-Geral de Justiça Administrativa, **Claire Vogel Dutra**.

Amparo legal: Artigo 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: A conjugação de esforços entre os partícipes para o aprimoramento da gestão e processos de inovação, por meio do compartilhamento de projetos e boas práticas que possam ser passíveis de cessão.

Vigência: 09.05.2023 a 09.05.2025.

Data da assinatura: 9 de maio de 2023.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CORUMBÁ

EDITAL Nº 0010/2023/02PJ/CBA

Inquérito Civil nº 09.2023.00005630-4.

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado nos autos de Inquérito Civil 09.2023.00005630-4 que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco, Corumbá/MS.

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Compromissário: Marco Antonio Bindilatti

Objeto: O Compromissário confirma ter sido cientificado do registro da Notícia de Fato nº 01.2023.00001760-0 para apurar a regularidade da supressão de 18,91 hectares de vegetação nativa remanescente, no período entre 22/06/2022 a 11/08/2022, no interior do imóvel rural “Fazenda Mercedes”, CARMS0016492, matrícula nº 25.924, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, e contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.



O Compromissário reconhece ser proprietário do imóvel rural denominado “Fazenda Mercedes”, CARMS0016492, matrícula n.º 25.924, localizado no Município de Corumbá/MS, e, consequentemente, responsável por toda e qualquer intervenção nele efetuada.

Obrigações: 1) O Compromissário obriga-se a não realizar qualquer intervenção potencialmente poluidora na área da propriedade rural denominada “Fazenda Mercedes”, CARMS0016492, matrícula n.º 25.924, sem a prévia autorização ambiental expedida pelo Órgão Ambiental Competente. Eventual autorização ambiental concedida terá que ser respeitada em seu prazo de validade e abrangência, sendo essa verificação de exclusiva responsabilidade do Compromissário. O descumprimento das obrigações assumidas nesta cláusula e parágrafo primeiro importará na incidência da multa de R\$ 1.000,00 (mil reais), por cada árvore suprimida ou hectare desmatado sem autorização ou excedente. 2) Manifestado o *interesse* em explorar a área desmatada e sendo esta passível de licenciamento, o Compromissário obriga-se a elaborar projeto e protocolar junto ao Instituto do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul – IMASUL requerimento de retificação do CARMS0016492 para regularizar a área de 18,91 hectares de vegetação nativa remanescente desmatada sem licenciamento ambiental no interior do imóvel rural “Fazenda Mercedes”, matrícula n.º 25.924, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da assinatura deste Termo. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso. 3) O Compromissário obriga-se, a título de indenização pelos danos ambientais pretéritos, ao pagamento do valor de R\$ 9.455,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais)¹, o equivalente a R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hectare de vegetação nativa remanescente, parceladas em até 10 (dez) vezes de R\$ 945,50 (novecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos), com o primeiro pagamento para os 30 (trinta) dias seguintes a contar da assinatura do TAC, em favor do Conselho de Segurança de Corumbá e Ladário – CONSECOL, mediante transferência bancária (*Banco Bradesco n.º 237, Agência n.º 0188, Conta Corrente n.º 62.412-8, CNPJ n.º 16.729769/0001-85*), com destinação vinculada à Delegacia de Polícia Federal de Corumbá/MS, para execução de projeto/orçamentos apresentados neste Órgão de Execução. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia sobre o valor em atraso, bem como correção monetária pelo IGPM e juros de 1% ao mês até o efetivo pagamento. 4) Neste ato o Compromissário obriga-se a comunicar a esta Promotoria de Justiça, por escrito e no prazo de 10 (dez) dias a contar da respectiva efetivação, o cumprimento de cada uma das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta) reais por dia de atraso.

Corumbá/MS, 23 de maio de 2023.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA
Promotora de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

APARECIDA DO TABOADO

EDITAL N.º 003/2023/02PJ/ATD

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, n.º 3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Procedimento Administrativo n.º 09.2023.00004083-4

Requerente: Ministério Público Estadual / 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS.

Objeto: *Acompanhamento das inspeções realizadas no serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes de Aparecida do Taboado (Casa Abrigo), no ano de 2023.*

Aparecida do Taboado/MS, 23 de maio de 2023.

JERUSA ARAÚJO JUNQUEIRA QUIRINO
Promotora de Justiça.

¹ Valor obtido da multiplicação de 18,91 ha de vegetação nativa remanescente por R\$ 500,00 (quinhentos reais), ou seja, 50% do valor da multa prevista no artigo 52 do Decreto n.º 6.514/2008 (Art. 52. *Desmatar, a corte raso, florestas ou demais formações nativas, fora da reserva legal, sem autorização da autoridade competente: Multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por hectare ou fração.*).

**EDITAL Nº 004/02PJ/2023/ATD**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº.3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004836-0

Requerente: Ministério Público Estadual / 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS.

Objeto: *acompanhar e fiscalizar o processo de escolha de membros do Conselho Tutelar de Aparecida do Taboado.*

Aparecida do Taboado/MS, 23 de maio de 2023.

JERUSA ARAÚJO JUNQUEIRA QUIRINO

Promotora de Justiça.

BONITO**EDITAL N. 0012/2023/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2023.00000055-3

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Requerido: Waldemar Mariano Rocha

Assunto: apurar um o desmatamento levantado pelo Lauto Técnico n. 274/22Nugeo, o qual constata 1,69ha de desmatamento em desacordo com autorização ambiental n. 2165/2021.

Bonito – MS, 06 de fevereiro de 2023.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

CAMAPUÃ**EDITAL N. 13/2023/2ªPJC**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo SAJMP-MS n. 09.2023.00005714-7, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Procedimento Administrativo: 09.2023.00005714-7.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Camapuã, Município de Figueirão

Assunto: “Acompanhar os procedimentos e fiscalizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar da comarca de Camapuã e Figueirão.”

Camapuã - MS, 23 de maio de 2023.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça



MIRANDA

EDITAL Nº 016/2023

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00000395-0 abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000395-0

Representante: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Investigado: Mauro Christianini

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental do corte de árvores isoladas em área de 3,454 hectares, na Fazenda Ouro Verde e Nova Palmares, em Bodoquena/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Auto de Infração nº 011501/2022 e Laudo de Constatação nº 014814/2022.”

Miranda/MS, 23 de maio de 2023.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA

Promotora de Justiça

NIOAQUE

EDITAL Nº 0005/2023/PJ/NOQ

A Promotoria de Justiça da Comarca de Nioaque/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Coronel Juvêncio, n. 262, Centro - CEP 79220-000, Nioaque/MS, Telefone: (67) 2020-9364.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000471-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Agropecuária Irmãos Marsura LTDA

Assunto: "Apurar o desmatamento de 5,2000 hectares de vegetação nativa, na Chácara São Paulo (Lote 88 – Área 1), em Nioaque/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 011762/2023 e Laudo de Constatação nº 015127/2023".

Nioaque/MS, 16 de maio de 2023.

MARIANA SLEIMAN GOMES

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0006/2023/PJ/NOQ

A Promotoria de Justiça da Comarca de Nioaque/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Coronel Juvêncio, n. 262, Centro - CEP 79220-000, Nioaque/MS, Telefone: (67) 3236-1679.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000512-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jaime Pedro Gomes

Assunto: "Apurar a não paralisação de supressão vegetal na coordenada UTM 21S 584093, 7653426; bem como a não adoção das medidas recomendadas perante o órgão ambiental competente, em descumprimento à notificação nº 005046/2022, no Assentamento Palmeira – Lote 104, em Nioaque/MS, conforme o Auto de Infração nº. 011777/2023, Laudo de Constatação nº 015144/2023 e Manifestação Técnica IMASUL nº10/2023."

Nioaque, 18 de maio de 2023.

MARIANA SLEIMAN GOMES

Promotora de Justiça

**SINSEMP****EDITAL****1ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

A Diretoria Executiva do Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul-**SINSEMP-MS**, no uso de suas atribuições estatutárias, consoante estabelecido no artigo 18, IV do Estatuto Social, convoca todos os filiados para participarem da 1ª Assembleia Geral Extraordinária de 2023, a ser realizada na sede do Sindicato, com endereço na Rua Ronaldo Monteiro, 188 – Vila Glória, Campo Grande-MS, no dia **03/06/2023** (sábado), às 8h, em 1ª chamada, e às 8h30m, em 2ª chamada, nesta com qualquer número de participantes, para a seguinte pauta:

1. Para deliberação de alteração estatutária do Art. 06, Art. 09, Art. 19, Art. 23, Art. 27, Art. 30, Art. 35, Art. 37, Art. 41, Art. 43, Art. 46, Art. 47, Art. 48, Art. 53, Art. 54, Art. 56, Art. 58 e Art 62 do Estatuto Social.

Campo Grande, 24 de maio de 2023.